

RELAÇÕES DE PODER NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO-MG.

Autores: CLÁUDIA NASCIMENTO SOUZA, CLAUDIA NASCIMENTO SOUZA, ROBERTO MENDES RAMOS PEREIRA

Relações de poder na preservação do patrimônio histórico de São Francisco-MG.

Introdução

A proposta do presente resumo é uma análise dos desafios para a preservação do patrimônio histórico e cultural, especificamente os casarões históricos de São Francisco, no norte de Minas Gerais. Isso porque o que se nota aí são casarões de valor histórico sendo destruídos, desfigurados, demolidos, pela ação dos seus próprios moradores. Numa análise dos conflitos entre o que é legal e o que é costumeiro quando se trata da preservação desses casarões, espera-se, com esse estudo, abrir espaço para o debate sobre essa questão tão presente em muitas cidades dos arredores de São Francisco.

Material e métodos

A. Fontes

O resumo foi elaborado a partir da análise da Constituição Federal, de leis do município de São Francisco, inventários dos casarões em posse do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural de São Francisco, documentos do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG e processos de demolição ou reforma apresentados ao Conselho de Patrimônio Histórico de São Francisco.

B. Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados se resumem no confronto entre um conjunto de legislação (nos níveis municipal, estadual e federal) que trata da preservação do patrimônio histórico e cultural por um lado, e as ações costumeiras e práticas adotadas pelos moradores do município de São Francisco também em relação à preservação desse patrimônio, principalmente em relação aos seus casarões.

Resultados e discussão

A. Resultados

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio, que é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formados da sociedade brasileira. De acordo com a Constituição, cada pessoa tem a sua responsabilidade para manutenção dos lugares de memória ou patrimônio público de sua cidade. Isso é importante para que possa ser mantida viva a identidade do lugar seu lugar de origem e proporcionar às novas gerações o conhecimento desses mesmos lugares, fazendo com que o moderno não apague as lembranças do passado. A partir da análise dos documentos do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural de São Francisco, do IEPHA/MG, artigos da Constituição Federal, percebendo aí grandes desafios para a preservação do patrimônio histórico e cultural, especificamente os casarões históricos de São Francisco, no norte de Minas Gerais, foi



B. Discussão

Um dos grandes desafios para a preservação do patrimônio histórico e cultural dessa cidade ribeirinha são as relações de poder tecidas entre o poder público/leis de preservação e o poder econômico dos proprietários dos casarões históricos, inventariados por entidades como a Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural de São Francisco ou pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Em alguns processos de demolição ou reforma apresentados ao Conselho de Patrimônio Histórico de São Francisco, bem como a partir das atas desse Conselho, responsáveis pela análise dos pedidos de demolição ou alteração, o que se nota como justificativa para a demolição/reforma desses bens é a necessidade de ampliar negócios, a criação de casas comerciais, desconsiderando o valor histórico e cultural daquele bem. Levando-se em consideração as leis municipais, estaduais e federais, em muitos desses casos, o pedido para a reforma ou demolição foi indeferido. No entanto, grande parte dessas obras são alteradas à revelia sem qualquer consulta aos órgãos competentes.

Conclusão

A partir da coleta de dados e das discussões suscitadas nesse estudo, conclui-se o trabalho de preservação do patrimônio histórico e cultural de São Francisco, apesar dos esforços pontuais de algumas pessoas e órgãos governamentais, ainda carece de recursos de todas as formas (financeiro e humano prioritariamente). Existem relações de poder entre um poder público e um poder privado. Isso se reflete no avanço das demolições e desfigurações dos casarões, na ineficiência do poder público, na falta de profissionais para atuar nesse setor e na falta de consciência de grande parte da sociedade civil.

Agradecimentos

Agradecimento especial ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da *Unimontes - BIC-CAMPI* pelo auxílio financeiro

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Cartilha do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Diretrizes para a Proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte, 2000.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **Política de Patrimônio**, 2001, Disponível em : <http://www.iepha.mg.gov.br> , acesso em 2017.